

## A CIDADE ENQUANTO UMA TOTALIDADE: ALGUMAS PERSPECTIVAS E PROBLEMÁTICAS<sup>1</sup>

**João Paulo Monte de Santana**

Mestrando em Geografia

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio)

[jpmonte04@yahoo.com.br](mailto:jpmonte04@yahoo.com.br)

### Resumo

Partimos do desafio de pensar a cidade contemporânea enquanto uma totalidade aberta, híbrida e relacional no âmbito de uma sociedade capitalista permeada de contradições e conflitos. Dessa forma, o artigo visa empreender uma discussão teórico-metodológica a partir de algumas perspectivas que a totalidade nos abre ao refletirmos a cidade em meio as problemáticas urbanas, contudo sempre teremos como pano de fundo a realidade social da cidade do Rio de Janeiro. Para tanto, enquanto uma importante problemática urbana, discutiremos o processo de segregação, expressada principalmente nas favelas e nos condomínios autosssegados tanto nos bairros ricos quanto nos bairros pobres.

**Palavras-chave:** Cidade, Totalidade, Problemáticas Urbanas, Segregação Espacial, Rio de Janeiro.

### THE CITY AS A TOTALITY: SOME PERSPECTIVES AND PROBLEMS

#### Abstract

We set the challenge of thinking of the contemporary city as an open totality, hybrid and relational within a capitalist society riddled with contradictions and conflicts. Thus, this paper seeks to undertake a theoretical and methodological discussion from some perspectives that opens us all to reflect the city in the midst of urban problems; however, we will always have the backdrop of the social reality of the city of Rio de Janeiro. To do so, while a major urban problem, we will discuss the process of segregation, expressed mainly in the slums and condos in self-segregated neighborhoods embedded in both rich and poor ones.

**Keywords:** City, Totality, Urban Problems, Spatial Segregation, Rio de Janeiro

### Introdução

No intento de trabalhar o espaço urbano, partimos da análise sobre a cidade, experienciada na cidade do Rio de Janeiro. Uma realidade social imediata e cotidiana minha e de milhões de pessoas. Uma realidade permeada de conflitos e contradições que atravessam, construindo e reconstruindo, as

---

<sup>1</sup> Artigo produzido em razão da disciplina “Representações no espaço urbano”, ministrada pelo Prof. Dr. Alvaro Ferreira, do PPG em Geografia da PUC-Rio. Além disso, cabe mencionar que o artigo é parte de um propósito maior, pois contribui para o desenvolvimento do projeto de dissertação, sob a orientação do professor aludido.

múltiplas dimensões da sociedade. Uma sociedade de conteúdo urbano onde o sistema capitalista é predominante.

Atualmente, após a “revolução urbana” ocorrida de forma incisiva durante o século XX, podemos considerar que a sociedade, como um todo, é urbana, sendo a cidade o lócus material desse processo onde encontramos a reunião, em suas diversas manifestações, das contradições do/no espaço. Como exemplo plausível das contradições urbanas no espaço, identificamos, na paisagem da cidade carioca, alguns bairros que concentram uma população extremamente abastada enquanto a maioria dos bairros condensa uma população considerada de classe média e principalmente de pobres. Um exame mais detido deste exemplo concreto nos parece necessário, pois nos possibilita abrir um leque de possibilidades de análise. Desse modo, esta é uma das questões que debruçar-nos-emos nesse trabalho, fundamentalmente, a partir do processo de segregação, expressada principalmente nas favelas e nos condomínios autossegregados incrustados tanto nos bairros ricos quanto nos bairros pobres, enquanto uma importante problemática urbana da cidade.

Ainda no intento de problematizar/ fundamentar/ delimitar o presente trabalho, agregamos a noção de totalidade à análise na busca de compreender a cidade e o urbano, inicialmente apresentados, como expressões da realidade social. Para tanto, partimos do desafio de pensar a cidade contemporânea enquanto uma totalidade aberta, híbrida e relacional, no âmbito de uma sociedade capitalista, permeada de contradições e conflitos. Mediante ao objetivo norteador explicitado, deixamos claro que o trabalho visa empreender uma discussão teórico-metodológica a partir de algumas perspectivas que a totalidade nos abre ao refletirmos a cidade em meio as problemáticas urbanas, contudo sempre teremos como pano de fundo a realidade social da cidade do Rio de Janeiro.

Assim, ao pensarmos a cidade contemporânea em suas problemáticas e possibilidades, inexoravelmente e simultaneamente, estamos refletindo sobre o (espaço) urbano em seu sentido mais amplo desenvolvido por Henri Lefebvre. Exatamente nesse sentido, a indissociabilidade entre o urbano e a cidade somente se aproxima da complexa realidade em que vivemos, na medida em

que incluímos à análise as relações de produção capitalista, como demonstramos inicialmente e demonstraremos ao longo do trabalho.

### **Cidade: uma totalidade em totalização**

Existe uma unidade profunda entre os espaços que, em nosso caso, é exemplificada entre/nas cidades. Porém unidade não significa harmonia, pois se trata de uma unidade sob pés dialéticos cujos caminhos são conflitivamente trilhados em constante tensão, posto as contradições que integram e tendem a desintegrar a unidade. Assim, elucidamos o pressuposto teórico-metodológico que intenta trabalhar a relação teoria/ realidade de forma relacional, identificando e analisando as contradições e os conflitos concernentes ao real do ponto de vista do tema e do objeto escolhido. Segundo Lefebvre (2008), Marx foi o primeiro a utilizar o método de maneira coerente: ao estudar uma determinada realidade objetiva, analisa metodicamente, os aspectos e os elementos contraditórios desta realidade. “Após ter distinguido os aspectos e os elementos contraditórios, sem negligenciar as suas ligações, sem esquecer que se trata de uma realidade, Marx reencontra-a na sua unidade, isto é, o conjunto do seu movimento”.

Através desta passagem fica evidente o método de investigação, no qual o observador-pesquisador se depara com uma realidade, a desconstrói teoricamente em partes (não isoladas mas em relação mútua entre si e com o todo) para uma análise detida das contradições que se retroalimentam e, em seguida, a reconstrói trazendo à tona elementos constitutivos da própria realidade, enquanto uma unidade em movimento, que, numa primeira observação, não eram perceptíveis.

Desvendar a unidade, descobrindo-a nesse processo, é encontrar as relações e as interações que fazem da unidade uma totalidade analiticamente compreensível. “Cabe, sem dúvida, ao geógrafo propor uma visão totalizante do mundo, mas é indispensável que o faça a partir de sua própria província do saber, isto é, de um aspecto da realidade global.” (SANTOS, 2006, p. 114) Como, aliás, a realidade é o ponto de partida e o ponto de chegada, ao se fazer a proposição através de sua própria província do saber, o geógrafo caminha

por sua via científica que, coincidindo ou destoando de outras vias, pode chegar às mesmas noções que os filósofos. “É assim que, na história do conhecimento a filosofia e as ciências reencontram-se” (LEFEBVRE, 1955, p. 2).

Posto isso, nos indagamos a respeito das seguintes questões: é possível observar a cidade a partir da noção de totalidade? Como isso nos auxilia a desvelar a complexidade da realidade social através da dimensão espacial de conteúdo urbano? Para respondê-las é necessário primeiro apresentar e desenvolver brevemente a noção de totalidade na qual estamos nos referindo.

Primeiro, com base em Lefebvre (1955), podemos considerar a totalidade de duas formas contraditórias: como uma totalidade acabada e como totalidade aberta e movente (no sentido de dinâmica).

Uma totalidade acabada exclui outras totalidades; ou bem se considera apenas uma totalidade, negando as outras, ou bem as totalidades consideradas permanecem exteriores umas das outras. Por outro lado, a totalidade “aberta” pode envolver outras totalidades; elas podem implicar-se profundamente, etc. (p. 1)

Nesse sentido, no que tange a totalidade acabada, a realidade é entendida como um conjunto ou totalidade de estruturas autônomas onde a dimensão do sujeito desaparece, é desconsiderada em prol da análise da estrutura. No que se refere à perspectiva aberta da totalidade, denota compreender o espaço, assim como a cidade, não apenas nele mesmo, com suas singularidades e particularidades, mas em relação a outros espaços, como partes constitutivas de um todo.

Assim, no intento de enveredar pelo caminho da totalidade aberta, nos apoiamos também em Kosik (1976), para quem a totalidade significa compreender a “realidade como um todo estruturado, dialético, no qual e do qual um fato qualquer (classes de fatos, conjunto de fatos) pode vir a ser racionalmente compreendido” (p. 35). Mas em que sentido podemos falar de um todo (aberto) estruturado dialeticamente? A realidade pode ser compreendida enquanto uma Totalidade estruturada em múltiplas totalidades que ao mesmo tempo são contraditórias, antagônicas e complementares entre si, exatamente por fazerem parte de uma mesma unidade que, por sua vez, é múltipla. A multiplicidade, produto da unidade, (re)produz a unidade ao

influenciar o todo em seu movimento, assim como, por constituírem o todo, as múltiplas partes são também transformadas, perpetuando o movimento recíproco de implicações mútuas.

Dessa forma, qualquer fato (fenômeno, evento, processo) torna-se compreensível analiticamente na medida em que é apreendido como momento do todo, um fenômeno social histórico datado que “de um lado, definir a si mesmo, e de outro, definir o todo; ser ao mesmo tempo produtor e produto; ser revelador e ao mesmo tempo determinado” (KOSIK, 1976, p. 40). Através desta passagem, que o fenômeno define-se e define o todo, percebemos a complementaridade entre o todo e as partes, em que as partes estão no todo e o todo está nas partes<sup>2</sup>. Além disso, o fato do fenômeno ser sócio-histórico torna a Totalidade concreta que cria e recria a realidade. Entretanto, cabe ressaltar que a realização concreta da história (historicidade) somente pode dar-se no espaço (SANTOS, 2006, p. 120), cuja concretização dá ao espaço histórico um caráter particular e relacional.

Nessa perspectiva, as dinâmicas e características internas de um espaço/cidade só são compreensíveis corretamente, principalmente nos dias atuais sob a égide da globalização, se forem contempladas as implicações existentes com o todo, ou seja, outros espaços/cidades em escala mundial com características e dinâmicas internas distintas e próprias. O momento histórico atual, mediante aos progressos conjuntos da ciência, da técnica e da informação, nos permite trabalhar objetivamente a totalidade já que convivemos com uma universalidade empírica no período da globalização, uma totalidade concreta e empírica que abarca as relações efetivas entre a Totalidade-Mundo e os lugares (SANTOS, 2006, p. 114-115). Nesse sentido, o autor enfatiza que “a totalidade é a realidade em sua integridade” compreendendo “conjuntamente o Planeta, isto é, a natureza e a comunidade humana” (SANTOS, 2006, p. 116-117). Em síntese e em consonância esclarecedora, Lefebvre (1955) esclarece que o universo “(que envolve a Natureza, o homem e a história) apresenta-se como Totalidade infinita de

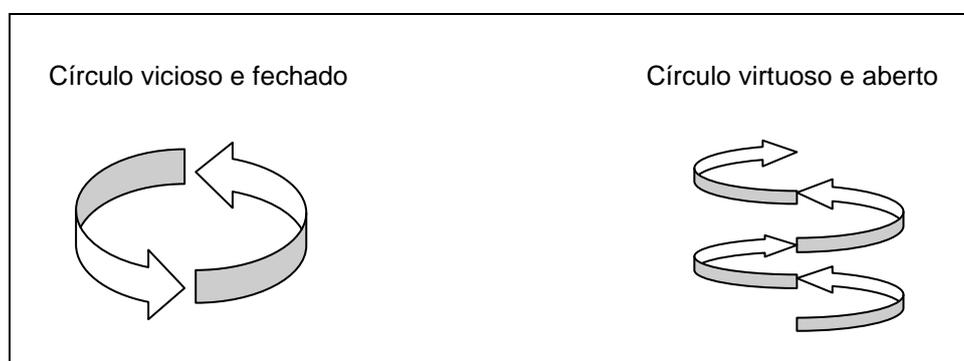
---

<sup>2</sup> No entanto, cabe frisar que “as partes que formam a Totalidade não bastam para explicá-la. Ao contrário, é a Totalidade que explica as partes” (SANTOS, 2006, p. 115).

totalidades parciais, círculos de círculos, ou melhor ainda, esferas de esferas” (p. 10).

A cidade, totalidade parcial da Totalidade infinita que compreende a complexa realidade social, também é composta por inúmeras totalidades parciais envolvendo interações e processos que conectam as partes entre si e com o todo. Em outras palavras, é ao mesmo tempo um conjunto de conjunto de lugares e um dos conjuntos do conjunto do universo, cuja escala da realidade é revelada dependendo do enfoque analítico contemplado.

Além de a totalidade ser alicerçada na imanência do aspecto relacional, há também um movimento da Totalidade que a faz metamorfozar-se constantemente diante das riquezas qualitativas e quantitativas das relações. Santos (2006, p. 119) escreve que a “Totalidade está sempre em movimento, num incessante processo de totalização (...) assim, toda totalidade é incompleta, porque está sempre buscando totalizar-se”. Segundo Kosik (1976), o pensamento dialético processa-se num movimento em espiral do qual cada início é abstrato e relativo: “é um processo de concretização que procede do todo para as partes e das partes para o todo, dos fenômenos para as essências e da essência para os fenômenos, da totalidade para as contradições e das contradições para a totalidade” (p. 41). Nesse sentido, o movimento não se trata de um círculo vicioso e fechado (figura 1), como uma totalidade autônoma em si mesma. Ao contrário, vislumbra-se um círculo virtuoso e aberto (figura 1), por isso uma totalidade incompleta e propícia à determinações assim como às novas criações.



**Figura 1: Representações do movimento da totalidade**  
– uma perspectiva fechada e uma perspectiva aberta.

O espaço urbano cidadão realiza-se, dessa forma, cotidianamente entre um emaranhado de ações repetitivas e criativas, rotineiras e imprevisíveis, de contradições e de determinações, que procedem das partes para o todo e do todo para as partes, mas com algo em comum: a realização no espaço. Um exemplo prático e elucidativo do movimento conflituoso e contraditório no/do espaço do/no capital é dado por Harvey (*apud* SOJA, 1983, p. 22) quando afirma que “o capital produz espaço (constrói a cidade, por exemplo), mas fica depois de alguma forma preso a ele, sendo necessária sua permanente reestruturação a fim de serem ultrapassadas as contradições e os conflitos que engendra”.

Nesse momento, o tempo aparece ao lado do espaço. Na verdade, sempre esteve presente de forma subentendida. A totalidade está para o espaço assim como o movimento está para o tempo. O tempo dá ao espaço um movimento ritmado e diferente, isto é, cada um ao seu tempo ao mesmo tempo. Fica nítida ao nosso olhar, a proposição de diacronismo e sincronismo na relação espaço-tempo (SANTOS, 2006), pois se há um sincronismo próprio da Totalidade, há um diacronismo das partes/totalidades que compõem a Totalidade. Perfaz-se assim uma faceta da unidade em movimento.

As cidades, totalidades parciais em movimento perpétuo, se compõem relacionalmente, cada uma a seu ritmo, a Totalidade, influenciando reciprocamente as partes e o próprio todo. Ao mesmo tempo, cada totalidade parcial, ou seja, cada cidade em seu ritmo particular, integrada e integrando a Totalidade, é constituída por totalidades “menores” múltiplas, processos e sujeitos, grupos e classes sociais, que se interagem mutuamente, inclusive com outras totalidades parciais (cidades) e inexoravelmente com a Totalidade (Universo).

Desse modo, vislumbramos a cidade como uma totalidade estruturada que “é, ao mesmo tempo, uma totalidade 'perfeita', acabada, um resultado e uma totalidade *in-fieri*, em movimento, um processo” (SANTOS, 2006, p. 119). A totalidade como produto e processo, concretizado e concretizando-se em movimento espiral, desvela o próprio movimento da cidade diante da realidade através das múltiplas dimensões da sociedade, dentre as quais a dimensão

espacial. Assim, o espaço enquanto uma dimensão social, imbricado com as demais, condiciona porque produz a sociedade, ou melhor, inerentemente é um elemento participativo do processo de (re)produção social, seja de forma imediata ou mediata<sup>3</sup>. Diante desta condição, o espaço acaba por se tornar também um produto temporalizado, pronto para ser novamente uma condição no interior da sociedade sempre em transformação. Logo, o espaço é um produto e uma condição simultaneamente.

Ainda a respeito do movimento de totalização da totalidade concreta, Kosik (1976, p. 50) assevera que a “concretização não é apenas criação do conteúdo mas também criação do todo”. O autor se refere acerca da concepção genético-dinâmica da totalidade interpretada através da dinâmica do capital.

Os pressupostos que na origem foram condições históricas do surgimento do capital, depois que este surgiu e se constituiu, se revelam como resultados de sua própria realização e reprodução; eles já não são condições do seu nascimento histórico, mas resultado e condições da sua existência histórica (KOSIK, 1976, p.50)

A citação aludida anteriormente de David Harvey, onde o capital constrói a cidade e o espaço para se realizar mas que, num momento posterior, de alguma forma fica preso ao que construiu, necessitando reestruturar-se reestruturando a cidade, já evidencia a espiral em movimento cujas condições genéticas transformam-se em resultado e condição para a sua própria reprodução. Entretanto, ao considerarmos o urbano por meio das ideias de Henri Lefebvre, temos a oportunidade de ampliar a análise sobre a cidade.

O surgimento das cidades é bem anterior ao que conhecemos como urbano. Contudo, após o seu surgimento acompanhado por sua intensificação geográfica e social, as cidades ganham outros contornos e conteúdos. O urbano nasceu em meio a cidade concernente ao processo de industrialização, cujos espaços, segundo uma racionalidade produtivista-utilitarista, foram produzidos para atender às necessidades de produção, circulação e consumo do capital. Sem necessariamente modificar o fim último do capital, o urbano, através da cidade, ganhou gradativamente importância em relação ao rural e à indústria como fenômenos históricos sociais. “A cidade deixa de ser o

---

<sup>3</sup> É por isso, aliás, que, até mesmo para acumulação do capital, o espaço é imprescindível.

recipiente, receptáculo passivo dos produtos e da produção” (LEFEBVRE, 2004b, p. 142). Mediante a mudança qualitativa e quantitativa da realidade social, o espaço citadino tornou-se um importante instrumento de poder, de controle, de conflito. A concentração (de pessoas, de atividades, de riquezas, de meios e de pensamentos) é acompanhada agora da centralidade (dos centros de decisão) e das contradições do espaço manifestadas de maneira mais significativa por meio das segregações, sob o contexto peculiar da generalização da sociedade urbana (LEFEBVRE, 2004a, p. 21). É assim que a sociedade urbana se reencontra e se reinventa na prática e no pensamento enquanto um fenômeno urbano que, embora fique “entre os efeitos induzidos”, passa a se acentuar “de tal modo que se pode definir como sociedade urbana a realidade social” (LEFEBVRE, 2004a, p. 3).

Através desse breve relato, fica claro o movimento da totalidade genético-dinâmico enfocando na preponderância do urbano. As transformações do capital e da cidade, em decorrência do surgimento e da magnitude que o urbano adquiriu, fez com que indiscutivelmente o “sentido e a finalidade da industrialização” fosse a própria sociedade urbana, na qual “se forma enquanto se procura” (LEFEBVRE, 2004a, [s.p.]), ou, em outras palavras, que se define definindo o todo no contínuo processo de totalização.

É sob esse olhar que discutimos algumas perspectivas e problemáticas da cidade contemporânea enquanto uma totalidade neste trabalho, indissociável ao urbano e às relações sociais capitalistas dominantes.

### **Cidade: uma totalidade híbrida em meio a concepção cindida da sociedade-natureza**

O movimento aberto e relacional da totalidade vista através da cidade revela a sobredeterminação do fenômeno urbano em escala mundial em relação aos fenômenos histórico-hegemônicos anteriores (industrial e agrário) sem que os processos subjugados desapareçam; ao contrário, eles são transformados e incorporados na teoria e na prática na/ pela sociedade que

emerge urbana<sup>4</sup>. Emerge ou emergiu? Afinal de contas atualmente não há dúvidas que a sociedade seja urbana. Consideramos mais correto o verbo no presente, pois apesar de ter se tornado o sentido social e mental da realidade contemporânea, o urbano ainda permanece inacabado, exatamente por ser um processo que está sempre por se refazer através, sobretudo, da cidade. O que concomitantemente a refaz também, refazendo a totalidade.

O eterno refazer histórico ao qual a cidade está condenada é um fato. O que implica, então, em identificar perspectivas desse movimento, processos e fenômenos, que permitam melhor compreendê-lo. Dentre as perspectivas, vislumbramos em ressaltar a cidade como uma totalidade híbrida, na intenção de agregar à análise a interação inata da realidade entre a sociedade (urbana) e a natureza. Segundo Lefebvre (1955, p. 29), “Marx mostrava já que a história natural do homem é também e ao mesmo tempo a história humana da natureza (inclusive a natureza do homem, dado inicial do humano)”. Assim, discutir a dimensão ecológica da sociedade significa trabalhar questões essenciais envolvendo o espaço urbano, de modo que falar do homem em sociedade sem considerar a estreita relação com a natureza é um equívoco, que tem como consequência a cegueira perante às transformações sociais objetivas e subjetivas sobre a natureza, repercutindo, assim, no conhecimento da própria natureza humana e na compreensão da sociedade em que vive. Em consonância com essas palavras Martins (1996, p. 19) afirma que

o homem age sobre a natureza na atividade social de atender suas necessidades. Constrói relações sociais e concepções, idéias, interpretações que dão sentido àquilo que faz e àquilo de que carece. Reproduz, mas também produz – isto é, modifica, revoluciona – a sociedade, base de sua atuação sobre a natureza, inclusive a sua própria natureza.

Por este mesmo caminho, Swyngedouw (2001) ratifica que “a cidade e o processo urbano são uma rede de processos entrelaçados a um só tempo humanos e naturais, reais e ficcionais, mecânicos e orgânicos (...) a cidade é, ao mesmo tempo, natural e social, real e fictícia” (p. 84). Mesmo na sociedade urbana capitalista, o pressuposto dominante dicotômico sociedade-natureza –

---

<sup>4</sup> Segundo as sábias palavras de James Joyce “o passado não só não morreu, como ainda não passou”. O fenômeno urbano continua a “socialização da sociedade. Isto quer dizer que o urbano não suprime as contradições do industrial” (LEFEBVRE, 2004a, p. 152) entram no fenômeno urbano, impedindo o seu próprio desenvolvimento.

que em realidade significa a dominação do homem (sujeito) sobre o ambiente natural (objeto), concebido enquanto um recurso econômico externo –, contraditoriamente, ilustra isso. Como? A negação ao invés de separar revela antes de tudo a relação existente entre o que é negado e aquele/aquilo que nega, entre o que parece oposto, mas que na verdade é complementar. Portanto, a própria dicotomia explicita a aparência ilusória da separação<sup>5</sup> (figura 2).



**Figura 2: A dicotomia Sociedade-Natureza – a dominância de uma ilusão.**

Assim, não negamos a existência da relação dicotômica sociedade-natureza que, por mais abstrata que seja, é realizada no concreto mesmo sob circunstâncias imprevisíveis e inconsequentes ao ambiente, ou seja, à sociedade como um todo. Dito de forma enfática, é, no concreto, na prática diária, em meio as consequências danosas ambientais de atos inconsequentes e contingentes (sem que disso sejam necessariamente [in]conscientes), que tal pressuposto revela-se contraditório e incompatível com a dinâmica real<sup>6</sup>, a saber: a indissociabilidade entre a sociedade e a natureza.

Nesse sentido, Swyngedouw (2001) ainda estimula a pensar a cidade como uma “coisa” híbrida socionatural, cuja sociedade e natureza, ao invés de

<sup>5</sup> Em certo sentido, todo ato social, toda cultura, todo o pensamento até o mais abstrato, toda a imagem até a mais fantástica, permanecem ligados à natureza; mais ainda: permanece um fato da natureza, sendo impossível separar natureza e cultura (LEFEBVRE, 1955).

<sup>6</sup> Dentre as facetas dessa contradição, destaca-se a crença da dominação sobre a natureza, destruindo-a e devastando-a, que remontam à época industrial. Assim, “pretendendo substituir o caos da espontaneidade por uma racionalidade coerente, ela separava dissociava tudo o que tocava; rompia os laços fazendo reinar a ordem homogênea” (LEFEBVRE, 2004a, p. 160-161).

separadas, são mutuamente integradas, infinitamente ligadas e simultâneas<sup>7</sup>. Um exemplo utilizado por Spósito (2003, p. 359) para referir-se a esta relação, envolvendo a cidade com as dinâmicas e processos constitutivos da natureza, está na “diminuição da cobertura vegetal, como condição para a densidade construtiva que caracteriza a cidade, e a reinvenção da vegetação, sob a forma de paisagismo, como adorno de uma cidade em busca de um passado natural”. Se observarmos tal exemplo através da cidade do Rio de Janeiro, percebemos que os processos de “diminuição da cobertura vegetal” e a sua “reinvenção” não somente ocorrem, como são atrelados ao processo de urbanização, sob claras evidências de regras e princípios capitalistas.

Assim, por meio destas arguições, constatamos o *entrelaçamento* entre o social e o natural expresso na cidade, assim como, o processo de acumulação do capital através de processos ecossistêmicos, ao alterá-los e reformulá-los. Sob a égide capitalista, a *cisão* sociedade-natureza predomina em demasia, chegando a considerar a cidade, segundo Spósito (2003, p. 361), uma não-natureza na medida em que ela “é uma das expressões materiais mais contundentes da capacidade social de se apropriar da natureza e transformá-la e, por isso, ela é vista como contraponto da própria cidade”. Entretanto essa mesma cidade, expressão material da capacidade social de transformar, não deixa “de ser parte da natureza e de estar submetida às dinâmicas e processos naturais” (SPÓSITO, 2003, p. 359).

Nesse momento, enquanto um auxílio teórico para lhe dar com as contradições do real ao ter ao mesmo tempo o entrelaçamento e a cisão da sociedade e da natureza, nos apoiamos em Harvey (2004) quando desenvolve a perspectiva do espaço (urbano) enquanto uma teia socioecológica da vida. Um sentido prático também se perfaz já que tais contradições se desenvolvem na/ através da cidade enquanto expressões das problemáticas urbanas.

O autor argumenta que somos agentes ativos presos à “teia da vida” (CAPRA, 1996 *apud* HARVEY, 2004, p. 285), na qual, analisando sob o

---

<sup>7</sup> Em um processo de transformação complexo e contraditório, quanto mais o homem emerge da natureza no decorrer de uma luta sanguenta contra ela, mais profundamente ele penetra e mergulha dela. Ele se apropria dela, o que implica que ele não se separa dela. Ele a transforma, sem se desprender da natureza (e de sua própria “natureza”) (LEFEBVRE, 1955, p. 27).

materialismo dialético de Marx, nos permite “pensar a nós mesmos como inseridos num fluxo contínuo de processos vivos que podemos afetar individual e coletivamente por meio de nossas ações” (HARVEY, 2004, p. 285). Assim, ao mesmo tempo em que estamos presos à teia da vida, estamos livres, pois trata-se de um sistema aberto e dinâmico com abundantes exemplos de consequências inesperadas de ações sociais, isso no que se refere

tanto a ordem ecológica como a ordem social, particularmente quando tomadas em conjunto, são abertas e heterogêneas a tal ponto que sua *totalidade* nunca pode ser muito bem apreendida, para não mencionar manipulada, de modo a enquadrar-se em estados previsíveis ou estáveis. Por maior o nosso esforço em construir e reconstruir a ordem socioecológica de acordo com um plano determinado, somos inevitavelmente atingidos não somente pelas consequências inesperadas de nossas próprias ações como também por contingências evolutivas (os “acidentes” a que Marx se referiu) que se impõe a nós a cada passo e em todas as escalas (HARVEY, 2004, p. 333).

No que tange a visão cindida entre sociedade e natureza, mesmo com a equivalência da natureza enquanto uma mercadoria, a variabilidade das condições físicas e ecológicas são por demais heterogêneas ao longo da superfície terrestre. Dessa maneira, na mesma medida, a dominação, a exploração e a possibilidade de mobilizar e apropriar excedentes físicos variam enormemente de um lugar para o outro, pois a essas condições se associam as diferenças geográficas, nas quais a relação com a natureza também se insere. Assim sendo, a própria mercadificação da natureza fundamentada na dicotomização da sociedade-natureza, ainda que seja hegemônica e tenha como princípio a valorização do valor de troca sobre o valor de uso, revela que essa concepção reducionista só é possível porque incontestavelmente se sustenta na complexa teia socioecológica da vida.

A respeito dessa realização diversa no espaço, Santos (2006, p. 339) afirma que “cada lugar é, ao mesmo tempo, objeto de uma razão global e de uma razão local, convivendo dialeticamente”. A dinâmica entre as “razões” suscita processos “políticos-econômicos e socioecológicos” que vão além do lugar, provenientes de forças externas que articulam-se com as condições internas. Aliás, sua produção ocorre porque, apesar de todos os lugares existirem “em relação com um tempo do mundo, tempo do modo de produção dominante”, eles “são diversamente alcançados, seja quantitativamente, seja

qualitativamente, por esses tempos do mundo” (SANTOS, 2006, p. 138). O alcance diversificado reside no fato de o “Mundo' escolher alguns lugares e rejeitar outros, e nesse movimento, modificar o conjunto dos lugares, o espaço como um todo” (SANTOS, 2006, p. 338), ou a própria totalidade.

Diante disso, cabe compreendermos a importância de nossa “relação metabólica com a natureza” imbricada a processos particulares e universais, tal como, entender a acumulação do capital trabalhando através de processos ecossistêmicos, reformulando-os e alterando-os à medida que trabalha (HARVEY, 2007, p. 31). Tal tarefa é problematizada pelo geógrafo (2007, p. 23) quando expõe a necessidade articular as diversidades, as particularidades e a maioria das variações das idiossincrasias geográficas em relação a processos mais gerais de acumulação de capital. Ou seja, o desafio que se apresenta é dar um sentido coerente, analítico, entre o particular e o universal, estando o particular (uma conjunção “da ordem ecológica e da ordem social” sintetizada na ordem próxima) nos interstícios de uma teoria-prática geral do desenvolvimento geográfico desigual capitalístico. Dialeticamente, o universal sempre existe em relação ao particular, assim não é possível separá-los, ainda que constituam momentos distintivos (HARVEY, 2004, p. 316).

Essa premissa, aliás, nos remete a questão da totalidade vista relacionalmente com as partes que a constituem. A essencialidade concernente aos processos conjuntivos do todo e da parte implica necessariamente em contemplar a objetivação do movimento da totalidade que se refaz para existir, “dirigido à sua espacialização, que é também particularização” (SANTOS, 2006, p. 125).

### ***Uma digressão necessária: o espaço e a ação entre o universal e o particular***

O que possibilita a existência imanente e relacional entre o particular e o universal, entre o “Mundo” e o lugar, entre o todo e as partes, é, para Santos (2006), a ação, que os une através das (inter)ações recíprocas cuja objetivação realiza-se no espaço e no tempo no bojo do movimento da totalidade. Assim, o espaço temporal e simultaneamente a ação, ambas construções sociais,

aparecem como uma necessidade existencial intrínseca à concretização social da totalidade, exemplificada aqui, na cidade. A síntese desse espaço temporal conjugada a essa (inter)ação multidimensional resulta num momento específico da totalidade em totalização: a particularidade. O particular, nesse sentido, reunião de singulares condições histórico-geográficas, somente é compreensível ao ser relacionado ao “Mundo”, ao todo, ou seja, ao universal; e tão importante quanto, é compreendê-lo, não como fragmento, mas enquanto a própria totalidade em movimento aberto.

O que emerge na discussão é a importância do espaço em seu caráter particular – a cidade – e em seu caráter total – a realidade urbana –, cada qual observada, ao mesmo tempo e em profunda implicação mútua, enquanto produto e processo. Além disso, o que une essas duas especificidades do espaço no próprio espaço é a ação, social por excelência: por ser (e não simplesmente estar) presente em qualquer período histórico da sociedade humana; por ser moldada e moldar, do indivíduo à sociedade, as transformações sociais que se anunciam a todo instante; por ser o meio pelo qual o homem se humaniza ao se socializar; e por ser o meio pelo qual o indivíduo, em conjunção com outras ações/ indivíduos, produz a sociedade que o produz ao mesmo tempo.

Posto isso, a ação social não pode ser trabalhada de maneira cega, no sentido de ser aleatória ou/e fora de um contexto. Ela surge atualmente da relação entre sujeitos, grupos e classes sociais proveniente de uma sociedade urbana capitalista imbuída de uma pretensa racionalidade autoqualificada coerente, mas que é na verdade autodestrutiva. A ideia mais adequada para expressar o que desejamos e desvelar o que há por trás dessa racionalidade é a noção de intencionalidade, encontrada em Santos (2006) ao versar sobre os sistemas de objetos e os sistemas de ações.

A ação implica numa intencionalidade. Toda intencionalidade é proveniente de uma ação física e mental. Toda ação social é fruto de um conjunto de intencionalidades contraditórias posta em movimento relacional onde tudo se encontra e/ou deixa de se encontrar: o espaço. A organização espacial da cidade contemporânea, dentre as quais a do Rio de Janeiro,

expressa as múltiplas determinações materiais e imateriais oriundas de ações sociais de sujeitos, grupos e classes sociais preenchidas de intencionalidades conflitantes.

São ações e intencionalidades datadas e localizadas, histórico-geográficas, isto é, são construções sociais que unem, no presente, diferentes temporalidades e espacialidades. A realidade urbana citadina, por meio da dimensão espacial da sociedade, explicita a profunda desigualdade do sistema capitalista manifestada nas segregações espaciais, como, por exemplo, favelas, guetos etc. Cada qual surgiu em uma determinada época e localização e permanece por adotar, em algum grau, estratégias sociais conscientes ou inconscientes (espaciais, econômicas, simbólicas etc.) em contraponto a determinações, ações e intencionalidades – remoções no intento de propiciar uma valorização imobiliária no entorno constituído por bairros de classe média alta –, de determinados sujeitos, grupos e classes sociais embasadas em princípios capitalistas e no Estado.

A cidade, assim, “mediação das mediações”, demonstra que não é apenas resultado de determinações explícitas em ações e implícitas em intencionalidades de uma sociedade capitalista personificada no Estado e em alguns sujeitos, grupos e classes sociais, mas também é inerente à sua produção, ações e intencionalidades de alguns sujeitos, grupos e classes sociais incluídos precariamente que se contrapõem, resistem e moldam em certo sentido as próprias determinações, o que revela a mútua implicação das inter(ações) de forças (sobre)determinantes e forças determinadas. Portanto, descobrir as razões, a natureza dos interesses, as forças conflitantes, o conteúdo das ações e intenções sociais destas relações significa (re)encontrar a totalidade e, por conseguinte, o porquê de cada espaço/cidade ser o que é hoje, apresentar o que apresenta hoje, representar o que representa hoje e possibilitar o que pode ser amanhã.

Dessa forma, a ação no espaço, que une o Universal e o particular, traz à tona mais um elemento: a conflituosidade numa perspectiva dialética.

***De volta à perspectiva híbrida: a cidade enquanto uma construção social mediadora***

De certo modo, consideramos que a cidade, enquanto uma objetivação espacial e particular da totalidade e uma mediação, pode muito bem intermediar essa relação conjuntiva e conflituosa na medida em que ela é “uma mediação entre as mediações. Contendo a ordem próxima, ela a mantém; sustenta relações de produção e de propriedade; é o local de sua reprodução. Contida na ordem distante, ela se sustenta; encarna-a; projeta-a sobre um terreno (o lugar) e sobre um plano, o plano da vida imediata (...)” (LEFEBVRE, 2004b, p. 46).

A dinâmica pormenorizada nos esclarece que a cidade não é apenas o reflexo da sociedade, pois ela mesma é “um universo social, econômico e político; a cidade produz riquezas, produz e reproduz relações econômicas, políticas, culturais, etc. (...) Ela é também, um complexo de relações sociais – relações econômicas, mas também de relações de poder” (VAINER, 2001, p. 148). Dessa forma, a cidade é, ao mesmo tempo, um produto e uma condição das estruturas sociais estabelecidas, que além de herdar as desigualdades da estrutura social, as aprofunda (VAINER, 2001).

Nesse sentido, tendo em vista a cidade enquanto uma mediação, o capitalismo necessita do espaço e de diversos processos materiais histórico-geográficos para realizar a acumulação do capital, chegando até mesmo a se adaptar às condições preexistentes locais para se perpetuar<sup>8</sup>. Laconicamente pormenorizando, da mesma forma que se adapta, o capitalismo transforma as condições socioecológicas locais, sujeitando-as objetiva e subjetivamente:

É somente quando a vida diária é aberta totalmente à circulação de capital e quando os sujeitos políticos têm sua visão quase inteiramente circunscrita à uma concepção enraizada (*embedding*) que a circulação de capital pode funcionar com significados afetivos e com legitimidade como seu suporte. Sob tais circunstâncias o corpo se converte em uma “estratégia de acumulação” e todos vivemos nossas vidas debaixo do signo desta condição. (HARVEY, 2007, p. 27, grifo do autor)

---

<sup>8</sup> Inclusive, segundo Harvey (2007, p. 26), a adaptabilidade e a flexibilidade são umas das mais destacadas características histórico-geográficas do capitalismo.

Dessa maneira, é notável o nível de generalização e de penetração histórico-geográfica construída pelo capitalismo, levando-o à ubiquidade, praticamente, no cotidiano urbano de nossas vidas. No tocante a isso, a descaracterização da teia socioecológica da vida no espaço é inevitável, repercutindo no próprio *ser humano* e no *modo* de ser humano, ou seja, implica na interação com outras espécies de forma destrutiva e autodestrutiva e, diretamente ligado a isso, na dilapidação do ambiente em que vive. As consequências da assunção de princípios fundados na racionalidade econômica e no direito privado não poderiam ser mais desastrosas:

gerou uma corrida desenfreada das forças produtivas, ignorando as condições ecológicas de sustentabilidade da vida no planeta. Suas consequências foram não só a devastação da natureza – do sistema ecológico que é o suporte físico e vital de todo sistema produtivo –, mas também a transformação e destruição de valores humanos, culturais e sociais (LEFF, 2004, p. 83-84).

Tendo em vista a exemplificação da realização dessas relações sociais capitalistas no âmbito particular das problemáticas urbanas, a cidade (ou alguns lugares específicos) se torna suficientemente valorizada e atraente a investidores e turistas estrangeiros, ao “Mundo”, de modo que a valorizada imagem estética da natureza, enquanto um valor agregado, exerça um papel preponderante no espaço urbano ao ser “reificada, incorporado, mercantilizada e produzida e vendida de acordo com as leis e objetivos do modo de produção atual – o lucro, a propriedade privada, os fetiches e sensibilidades do mercado” (HENRIQUE, 2006, p. 66). Ainda por esta via de análise o autor (2006, p. 67) argumenta que a busca pela maximização dos “ganhos a partir do aumento da renda da terra (...) estão atualmente reformando e reformatando ambientes metropolitanos”, porém a “generalizada procura por rendas diferenciais cria diferenças geográficas na intensidade de investimentos do capital, frequentemente acarretando que regiões ricas em capital cresçam ricas enquanto regiões pobres em capital cresçam relativamente pobres”.

Em meio a tantas consequências (im)previsíveis e potencialmente danosas em decorrência da interação socioecológica de nossas ações individuais e coletivas (“sem disso ter necessariamente consciência”), nos parece cristalino toda a simplicidade e profundidade contida na frase: “cuidar do ambiente é cuidar de nós mesmos” (HARVEY, 2004, p. 294).

Analogicamente, mantendo o mesmo sentido, percebemos que compreender o ambiente ou a cidade é também nos compreender, pois para cuidar é imprescindível e necessário compreendê-lo.

Em consonância com tal questão, no que se refere à relação sociedade e natureza, Santos (1996, p. 21) nos diz que, na verdade, “o que há é uma relação do social com o social, do homem com o social, do homem com o homem”. Sendo assim, “a natureza não é um ator em si da produção da sociedade, nem mesmo da produção do território”. O que o autor quer ressaltar é o fato de a dominação sobre a natureza escamotear, ao mesmo tempo em que é um instrumento ideológico e prático de exploração, a real dominação e exploração capitalista de alguns homens detentores de poderes econômicos e políticos sobre a maioria da população, fazendo com que essa assimetria de poderes contribua para a perpetuação da desigualdade crônica e de práticas produtivas e destrutivas às “condições ecológicas” e aos “valores humanos, culturais e sociais”, em síntese, à teia socioecológica da vida.

A compreensão da cidade como uma totalidade aberta, relacional e, agora, híbrida não revela necessariamente toda a sua complexidade, antes disso, instiga a pensar o que há por trás das interações entre sociedade e natureza em uma realidade urbana permeada de relações de dominação e de exploração capitalistas e, fundamentalmente, provoca a apreender o movimento da totalidade a se refazer na medida em que a própria sociedade e a natureza são indissociáveis construções histórico-geográficas. Nessa perspectiva, Swyngedouw (2001, p. 87), baseado em Lefebvre, sugere que

a própria natureza é um processo histórico-geográfico (em termos de tempo/ lugar), insiste na indissociabilidade de sociedade e natureza e mantém a unidade da socionatureza como uma coisa produzida. Em resumo, tanto a sociedade quanto a natureza são produzidas, conseqüentemente maleáveis, transformáveis e transgressivas.

Sendo assim, a “produção da sociedade e da natureza” acontece por meio das práticas sociais no cotidiano do espaço e do tempo, num contexto histórico-geográfico particular, onde coexistem, ao mesmo tempo, ordens próximas e distantes. Em outras palavras, “a forma como essa dialética se manifesta está indissolúvelmente ligada às formas históricas através das quais os homens produzem a sua existência social” (GOMEZ, 2004, p. 41). Nesse

sentido, a natureza é socialmente construída, cuja “realidade é imaginária sempre associada ao contexto no qual ela é produzida, daí o sentido marcante do peso das contingências sócio-históricas nas decisões e ações humanas” (MOREIRA, 2004, p. 23-24). A resultante desta síntese da interação socioecológica adquire uma face simultaneamente objetiva e subjetiva à existência social (urbana) na medida em que é manifestada no espaço e materializada visível e simbolicamente no que habitualmente denominamos de cidade.

Em última análise, esclarecemos o porquê de analisarmos a cidade através dessa perspectiva híbrida. Primeiro, buscamos demonstrar que a cidade é fruto (produto e condição) de um processo histórico-geográfico intimamente imbricado às interações entre a sociedade e a natureza. Segundo, ao evidenciarmos a cidade como sendo uma “coisa” híbrida e simultaneamente tendo concepções e práticas dicotômicas, nos é revelado o cerne capital do fenômeno urbano: a reunião de contradições e conflitos essencialmente complementares, o que nos abre para a terceira parte da discussão.

### **A segregação na cidade: entre contradições e problemáticas urbanas**

O espaço com o qual nos debruçamos possui um contexto histórico-geográfico particular: a cidade preenchida pela vida urbana. Inicialmente, com base em Lefebvre (2004b), propomos a seguinte distinção entre cidade e urbano: “a cidade, realidade presente, imediata, dado prático-sensível, arquitetônico – e por outro lado o 'urbano', realidade social composta de relações a serem concebidas, construídas ou reconstruídas pelo pensamento” (p. 49). Em outras palavras, tendo em vista a acumulação do capital, a cidade é vista como a materialização das relações e práticas sociais, sendo assim construída para se tornar eficiente à produção, circulação e consumo de fluxos e mercadorias, enquanto o urbano, conectado a determinados sentimentos, valores, emoções e imaterializações, fornece um significado, uma representação do que pode ser vivido. É assim que a cidade, uma formação social pré-capitalista, é, sob a égide do capitalismo, apoderada e modificada

segundo as suas exigências econômicas, políticas e 'culturais' (LEFEBVRE, 2008, p. 154). É nesse sentido que “as relações de produção capitalistas dominam o espaço e se apropriam dele, passando a produzi-lo e a transformá-lo através do sentido do urbano” (SANTANA, 1999, p.182).

É uma cidade cujo conteúdo é urbano, uma sociedade urbana, que em parte é virtual e em parte real, ou seja, “a sociedade urbana não se encontra acabada. Ela se faz. É uma tendência que já se manifesta, mas que está destinada a se desenvolver” (LEFEBVRE, 2008, p. 81). Para o autor (2008, p. 84), toda a sociedade torna-se urbana já que as relações de produção existentes se estenderam e se ampliaram, chegando a abarcar “a agricultura e a realidade urbana”<sup>9</sup>, e a produzir, simultaneamente, centros de poder, de decisão, de concentração de riqueza e a segregação multiforme de cidades antigas, acarretando na dissolução das relações sociais.

O urbano, assim, tanto reuniria processos negativos de dispersão, de segregação, de concentração, quanto manifestar-se-ia como exigência do encontro, da reunião de todos os elementos da vida social (LEFEBVRE, 2008). A (co)existência conflituosa da separação e da reunião é o cerne do fenômeno urbano no espaço citadino, uma tensão que é retroalimentada por outras tensões provenientes do valor de uso e do valor de troca, da apropriação e da dominação, da ordem distante e da ordem próxima, por exemplo.

Nesses moldes tensionais, o espaço urbano da cidade é homogeneizado, hierarquizado e fragmentado em escala planetária na medida em que a presença dessa lógica, atrelada às interações abstrato-concretas que fundamentam essas práticas, encontra-se em estágio global.

Essas três facetas aludidas são desdobramentos práticos e teóricos da lógica capitalista de igualização e desigualização na qual a perspectiva mercadológica é dominante. A dinâmica consiste em levar à equivalência de mercadoria os espaços e tudo que está contido neles, ou seja, toda a

---

<sup>9</sup> “A urbanização generalizada não apenas generalizou a especulação dita imobiliária, ela não apenas acompanhou a comercialização do espaço: ao invés da superação da relação cidade-campo, ela acarretou um magma, um caos nos quais a cidade e o campo se misturam confusamente” (LEFEBVRE, 2008, p. 158). Não obstante, “nem o capitalismo nem o Estado podem manter o caótico e contraditório espaço que eles mesmos produziram” (LEFEBVRE, 1993 *apud* MAGELA COSTA, 2003, p. 12).

sociedade, com o fito de mercantilizá-los de acordo com que cada um tem a oferecer momentaneamente em termos de condições vantajosas (seja através da sua valorização ou da sua desvalorização) para a realização da acumulação de capital. No entanto, cabe sempre lembrar que o espaço, “não tem a troca e o consumo como única finalidade e sentido, como se dá com outras mercadorias” (OSEKI, 1996, p. 111). Por isso mesmo tal processo que igualiza e desigualiza o espaço – num espaço mercadoria – e que alicerça o desenvolvimento geográfico desigual capitalístico, perfaz-se enquanto uma concepção reducionista diante da riqueza da realidade social encontrada no espaço. Uma concepção que por mais abstrata que seja, se sustenta no concreto, nas práticas relacionadas ao valor de uso, às diferenças e particularidades. Tanto é que, vista de maneira crítica, “essa forma abstrata é a chave do concreto, da prática” (LEFEBVRE, 2008, p. 86). Assim, para melhor compreender nossa realidade urbana é necessário entender “essa forma abstrata” dominante engendrada nela histórica e geograficamente.

A homogeneização, a hierarquização e a fragmentação são para Ferreira (2007) “a exteriorização das práticas econômicas e políticas que se originam com a classe capitalista e com o Estado”, ou seja, o espaço abstrato. A característica homogênea do espaço capitalista-estatista diz respeito a “ser o mesmo, se repetir” (OSEKI, 1996, p. 115), adquirir um padrão concebido que é reproduzido, repetido em/por todos os espaços. Ligado

umbilicalmente ao processo de reprodução geral das relações de produção da sociedade, agora sob o comando do Estado no nível mundial, (...) o espaço torna-se homogêneo pelo emprego da técnica e pelas potencialidades econômicas. As relações de dominação e estratégias definidas no plano do Estado equalizam, identificam, destruindo particularidades e diferenças. Além do que, o espaço é homogêneo porque aí tudo é equivalente e intercambiável (CARLOS, 1996, p. 130).

A destruição das “particularidades e diferenças” pode ser vinculada com o quase desaparecimento do uso e do valor de uso, persistindo praticamente como exigência ao consumo de mercadorias, assim, desaparecendo quase inteiramente o lado qualitativo do uso (LEFEBVRE, 2008, p. 83). “Com tal generalização da troca”, baseado no que é equivalente e intercambiável, “o solo tornou-se mercadoria; o espaço, indispensável para a vida cotidiana, se vende e se compra” (LEFEBVRE, 2008, p. 83).

A fragmentação entra em cena na medida em que o espaço é geometrizado e quantificado, “vendido e consumido em pedaços, em lotes, de maneira a permitir a obtenção de rendas pelos proprietários da terra” (OSEKI, 1996, p. 116). Dessa maneira, diz respeito “às formas de apropriação apoiadas na propriedade privada que tornam o espaço parcelar, liberado para troca e venda, que fazem dele uma mercadoria” (CARLOS, 1996, p. 130). Finalmente, relacionado aos processos de homogeneização e de fragmentação, o espaço é hierarquizado, distinguido entre pontos que se multiplicam entre “espaços nobres e vulgares”, espaços residenciais de elite, espaços de classes médias, espaços favelizados, “o que produz uma série de guetos que, longe de se justaporem, hierarquizam-se no espaço social como consequência da hierarquia social e econômica” (CARLOS, 1996, p. 130).

Observamos efetivamente tais processos sob o envoltório da competição intercapitalista, tanto na escala da cidade do Rio de Janeiro, na busca de diferenciar-se no contexto mundial dos demais concorrentes, visando mais investimentos e turistas, bem como na escala dos bairros e dos lugares que compõem a referida cidade. A ênfase na mercadificação do espaço, das particularidades e diferenças, das tradições, das materialidades sociais e naturais etc., ou seja, a imposição da troca ao invés do “lado qualitativo do uso”, nos leva à ignorância e à destruição da heterogeneidade imanente a cada lugar, assim como à (re)produção das desigualdades sociais concretizadas pelas segregações espaciais. A existência de bairros ricos e bairros pobres, em uma cidade, nos revela um desigual jogo de forças onde há uma concentração de poder econômico, político, ideológico, simbólico de alguns sujeitos, grupos e classes sociais sobre outros, na prática, é a própria hierarquia social e econômica. Nesse sentido, sendo uma dimensão social, o espaço é influenciado e influencia as demais dimensões ao se tornar um produto e um produtor objetivando concretamente as ações sociais.

Esse processo refere-se ao princípio dialético do espaço que, em seu perpétuo movimento, está sempre a se construir, deixando de ser um (totalidade), para se tornar um outro prestes a se transformar num seguinte. Dessa forma, nessa dependência mútua, vislumbra-se simultaneamente, como

condição e produto ao ser a objetivação das ações realizadas socialmente, e configura-se, também, como base material e imaterial preexistentes para as próximas metamorfoses do próprio espaço.

Através desse princípio inato ao espaço da cidade capitalista entrelaçado ao desigual jogo de forças, evidenciamos, simultaneamente à concentração, o processo de segregação espacial tanto por parte daqueles que detém o poder, como uma forma de autosegregação com o objetivo de se proteger dos problemas sociais urbanos cada vez mais intensos – condomínios fechados –, quanto por parte daqueles que são subjugados por esse poder, e assim são obrigados explícita ou/e implicitamente a se localizarem em áreas periféricas como modo de sobreviver – bairros suburbanos e favelas –. No caso do Rio de Janeiro, embora as favelas em sua maioria estejam espalhadas pelo território da cidade, algumas se localizam nas encostas dos bairros mais abastados. Por que esse fato nos parece ser importante? Porque dá visibilidade e amplificação ao processo de segregação enquanto uma contradição do espaço citadino na medida em que, além de ser um resultado e resultante das relações sociais geograficamente desiguais, a segregação desmascara a essência de um urbano e de um espaço (homogeneizado, fragmentado e hierarquizado) sob os ditames capitalistas através das próprias contradições. É o induzido que é revelado mais nitidamente pelos objetos geográficos justapostos no espaço, mas também desvela o indutor que permeia o induzido, ou seja, a urbanização total, a generalização da troca, as contradições do/no espaço.

Segundo Lefebvre (2004a), a separação e a segregação citadas e exemplificadas nas favelas e nos condomínios autosegregados rompem a relação, “constituem, por si sós, uma ordem totalitária, que tem por objetivo estratégico quebrar a totalidade concreta, espedaçar o urbano. A segregação complica e destrói a complexidade” (p. 124). Nesse sentido, o autor (2008, p. 86) ainda argumenta que a “segregação [a constituição de espaços periféricos e pobres persistindo a reprodução das relações de produção] constitui uma negação teórica e prática do urbano, mas, enquanto tal, ela o revela”. Dessa forma, a contradição é revelada ao ter a urbanização da sociedade

acompanhada de uma deterioração da vida urbana, ou seja, “a explosão dos centros, a partir de então privados de vida social, pessoas segregativamente repartidas no espaço” (LEFEBVRE, 2008, p. 149) “dissociados uns dos outros e reagrupados por decisão política no seio de um espaço homogêneo” (p. 88).

A imbricação entre as múltiplas problemáticas urbanas contraditórias (violência, desigualdades, deterioração da vida urbana, a mercadificação do espaço e da natureza etc.) resultam numa problemática essencial: a produção de espaços segregados, representados por favelas e por condomínios autossegregados. Estes são direta e indiretamente balizados pelo Estado e por empresas imobiliárias e profundamente associados à prática e à ideologia do urbanismo, no qual há uma clara sobredeterminação do valor de troca. É assim que o consumo do espaço ultrapassa a ideia de espaço de consumo, embora ainda em cognata imbricação. Da mesma forma que as contradições *no* espaço passam também a ser contradições *do* espaço, cujo cerne está na simultaneidade da concentração e centralização e da segregação multiforme generalizada, ou seja, na implosão-explosão. O que nos interessa é olhar a cidade, através de tal conteúdo urbano, enquanto produto e condição, fruto de múltiplas tensões entrelaçadas pelos ditames capitalistas. Uma via possível é olhar a segregação cidadina enquanto um produto e condição do consumo do espaço e do espaço de consumo. Como produto, já salientamos acima, de forma breve. No entanto, complementarmente a essa face, discutiremos mais detidamente a seguir a outra face: o lado condicionador do processo de segregação no consumo do espaço.

Antes, porém, cabe destacarmos uma questão peremptória que encaminhará a presente discussão. Além de trabalharmos a cidade e a sociedade urbana de maneira integrada, faz-se necessário agregar à análise as (inter)ações e intencionalidades sociais no espaço, vivenciadas mais nítida e completamente no cotidiano. Aqui reencontramos no e pelo espaço da cidade o urbano indissociável ao cotidiano, sendo a um só tempo produtos e produtores das práticas espaciais. Um exemplo factível: a organização espacial urbana desigual não é encontrada apenas no Rio de Janeiro, inúmeras cidades pelo mundo manifestam essa peculiaridade na sua configuração espacial. No

entanto, o que a torna única é o que está por trás das formas e lhe dá um conteúdo social, ou seja, as (inter)ações entre os sujeitos, grupos e classes sociais imbuídos de intencionalidades que se desenvolvem na cidade e entre cidades ao redor do mundo, perpassando escalas que vão desde a corporeidade vivenciada no lugar aos processos multifacetados globais. A respeito da “escalaridade da vida cotidiana”, Smith (1993 *apud* VAINER, 2001, p. 146) escreve que ela vai “desde o nosso corpo, até o internacional”, que no dizer de Vainer (2001, p. 146) significa: “eu vivo cotidianamente no mundo e no meu local, no meu município, na minha cidade, no meu país”. Tendo em vista esse contexto cotidiano e global intermediado pela cidade, a mediação das mediações, que nos debruçaremos acerca da problemática urbana da segregação espacial.

No que tange as intencionalidades das empresas imobiliárias, para se realizarem inexoravelmente devem levar em conta a realidade histórico-geográfica local no intento de maximizar o lucro, mais especificamente as condições materiais (infraestrutura oferecida e serviços diversos, carência urbana de habitação etc.) e imateriais (ideologias urbanísticas envolvendo necessidades e vontades, estética paisagística em muito ligado a uma natureza artificial, sensação de segurança, status, ideal de consumo de lazer e de moradia, naturalização inquestionável da sobredeterminação do valor de troca e da propriedade privada etc.). Portanto, o consumo do espaço direciona a ação a transformar o local, mas tendendo a se adaptar para ser exitosa. Dizemos isso ao pensarmos nos condomínios “fechados” ou autosegregados, estando em sua maioria localizados em bairros elitizados, embora também sejam encontrados cada vez mais em bairros da cidade em plena expansão onde se concentram uma população pobre e de classe média e em municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

Um olhar mais detido em torno das condições imateriais demonstra que elas produzem e condicionam as ações através, por exemplo, da ideologia disseminada no cotidiano da vida urbana. Tal ideologia, entrelaçada a discursos, ao vivido, ao simbólico, tende a se tornar força motriz para qualquer sentido que as ações sociais tomam, inclusive no modo de interpretar



processos sociais e espaciais. Para Lefebvre (2008, p. 52), o caráter disjuntivo da sociedade burguesa possui uma ideologia que é o “de aceitar a dissociação e considerá-la real. Abandona-se, assim, a unidade concreta que constitui a sociedade burguesa e aceita-se a ilusão que ela coloca em seu lugar”. Nesse sentido, a homogeneização, a hierarquização e a fragmentação vistas conjuntiva e disjuntivamente no espaço são aparentes, pois dissocia elementos inerentemente ligados concretamente e, ao mesmo tempo, são reais, já que a separação e a segregação estão presentes em ilusão (ideologia), nas práticas (como o urbanismo) e nas materialidades do espaço.

O urbanismo, criticado por Lefebvre (2004b), é permeado por ideologias que, sob um pretenso cientificismo-técnico, escamoteiam as verdadeiras intenções e relações de dominação e exploração provenientes de alguns sujeitos, grupos e classes sociais numa sociedade capitalista, como por exemplo, ter como fim e meio, a predominância da troca pela troca em quase todos os momentos da vida urbana, dando-lhe, assim, um aspecto natural, equivalente a uma lei natural inquestionável (GOLDMANN, 1977). A naturalização de ações e discursos, muitas vezes em contradição com concepções, práticas e interesses de sujeitos, grupos e classes sociais subjugados, embora nunca de forma total em razão das imprevisibilidades criativas das ações, ocorre em toda sociedade urbana capitalista, mas de forma diferencial, ou seja, a intensidade e a forma pela qual há a disseminação da ideologia (alienação) depende diretamente do contexto histórico-geográfico particular encontrado em cada cidade e em cada lugar da mesma. O discurso/ideologia, assim, somente adquire sentido ao ser produzido e ao ser condicionado no real, exatamente por ser este seu ponto de partida e seu ponto de chegada. Na cidade do Rio de Janeiro, o discurso associado à favela é, na maioria das vezes, relacionado à violência, à pobreza, aos caos, à desordem e, mais recentemente, a um espaço turístico, enquanto o discurso ligado aos condomínios autossegregados é relacionado à (sensação de) segurança, ao status, à ordem, a uma melhor qualidade de vida e ao desejo de desfrutar o que há de ‘bom’ na cidade e ao mesmo tempo evitar os

inconvenientes gerados por ela<sup>10</sup>. O primeiro é visto como um problema urbano mais sério a ser resolvido pelo Estado e o segundo é visto como uma forma de fugir dos problemas urbanos mas de modo ainda ter acesso as benesses do urbano. Ambas as segregações espaciais são, na verdade, problemáticas urbanas da cidade reunidas contraditoriamente na cidade e postas em movimento por (inter)ações sociais mediadas pela cidade.

***Segunda digressão: a segregação como ordem e desordem na organização da cidade***

A segregação é uma (des)ordem na ordem burguesa da cidade capitalista. Tal desordem nada mais é que a expressão das contradições do espaço cuja gênese maior encontra-se na própria ordem capitalista, desigual por excelência. Tal ordem é imbuída de múltiplas ordens e múltiplas desordens. A própria desordem citada, enquanto segregação, pode ser vista também como uma ordem na medida em que práticas oriundas das classes e grupos dominantes se enclausuram em espaço segregados – condomínios ‘fechados’ – por vontade própria e por razões diversas já mencionadas. A desordem organizada é estabelecida e difundida como uma nova ordem com suas benesses diante da desordem concebida negativamente – favelas – que a ordem cidadina produz. Assim, através da segregação de ricos e de classe média, incluídos plenamente, é possível distinguir um caráter de ordem e de desordem na organização da cidade.

Cabe ressaltar, porém, que tal produção de forma alguma é aleatória e tão pouco é somente produto da construção racional. Ambas as perspectivas fazem parte do processo que constrói e desconstrói espaços. A (in)certeza e a (im)previsibilidade incorporadas na produção do espaço é o que nos permite enxergar traços de uma (des)ordem complexa na organização de cada cidade. Em consonância com essas palavras e ideias, Edgar Morin (2002, p. 275),

---

<sup>10</sup> Sobre isso, Padovani (2003) salienta que “as grandes metrópoles se tornam para a classe média e média alta lugar de passagem, em consequência da deterioração das condições ambientais, sociais, culturais, aumento da violência, entre outros aspectos. Elas compartilham a necessidade de viver nas cidades, de estar incluídos na movimentação urbana, ao mesmo tempo, que querem evitar os inconvenientes gerados por ela” (p. 177).

escreve que “quanto mais complexa é a organização, mais comporta desordens”.

É nesse contexto que a segregação por parte dos pobres, incluídos precariamente, pode ser apreendida como uma disseminação de uma ordem determinada, encontrada nas sociedades de sistema capitalista, uma ordem segregativa, que tem por pressuposto em seu âmago a desordem. A favela é simultaneamente uma ordem e uma desordem, fruto de uma ordem estabelecida dominante e de uma desordem gerada por essa dominação. Contém ordens e desordens em várias dimensões e escalas que se interagem e interagem com a ordem cidadina preenchida por uma desordem urbana (deterioração da vida urbana).

Nesse sentido, nenhum bairro ou local da cidade, assim como a própria cidade, podem ser compreendidos em si mesmo; portanto, a existência corpórea/ física na paisagem de favelas justapostas a áreas onde há uma concentração de riqueza, somente adquirir um sentido real (social), a partir da existência relacional e transescalar entre esses diferentes objetos geográficos e diversos sujeitos, grupos e classes sociais reunidos conflituosa e contraditoriamente no espaço. Em outras palavras, não se pode pensar, por exemplo, a favela ou o condomínio ‘fechado’ sem pensá-los na cidade. Todavia, no caso da favela, em muitos momentos, ela somente adquire existência quando é relacionada a algum problema incômodo, como a violência, que atinge os representantes do “espaço nobre”. No resto do tempo, enquanto não torna a “incomodar”, a favela é esquecida ou é lembrada estatisticamente como mais uma área problemática de uma grande metrópole.

### ***De volta às problemáticas e as contradições da cidade através das segregações***

A relação entre ordem e desordem explicitada nas segregações e na cidade, instiga estender a análise no intuito de abordar as (inter)ações entre as partes e o todo, revelando as múltiplas implicações que constituem a totalidade. Nesse sentido, mediante a premissa já aludida, a qual um fenômeno ou um processo define-se e define o todo, observamos que a segregação

espacial, na medida em que é concretizada na produção do espaço, acaba por iluminar as suas facetas, a sua dinâmica (simultaneamente uma ordem e uma desordem) e o contexto particular em que é produzida, sendo perceptível também a influência que exerce sobre a totalidade/ cidade. Ao se construir um condomínio “fechado” em um bairro já privilegiado de serviços, infraestrutura ou mesmo em um bairro que possui certa carência desses fatores - sendo que o próprio condomínio dispõe de serviços diversos e até de infraestrutura -, isso faz com que se reproduza a desigualdade e a hierarquia social e geográfica entre os bairros na cidade. A cidade é, então, fragmentada: por um lado, alguns bairros que concentram sujeitos, grupos e classes sociais abastadas perpetuam as condições materiais e imateriais já existentes, por outro lado, nos bairros pobres ou muito carentes de uma maneira geral também são reproduzidas as mesmas, desiguais e ineficientes, condições materiais e imateriais que já os caracterizavam.

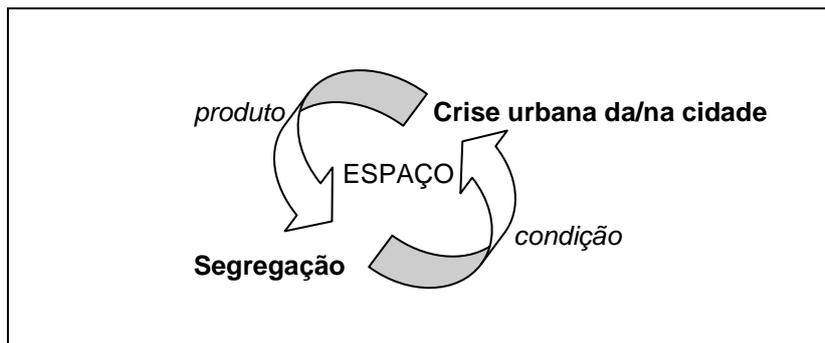
Ao fazermos essas arguições, estamos incluindo o papel do Estado em propiciar teoricamente as condições materiais e imateriais para a convivência em sociedade (urbana) igualmente para todos, segundo os princípios formulados na própria constituição brasileira. Contudo, na prática corrobora para a desigual organização espacial da cidade, já que suas ações e intenções são imbricadas à setores econômicos capitalistas e à sujeitos, grupos e classes sociais determinados e determinantes, cuja visão de espaço reduz-se a um instrumento (fundamental e preciso) de poder e de controle, com o objetivo de perpetuar o *status quo* político e econômico.

Nesse sentido de perpetuação do *status quo*, as práticas de autossegregação, seja em qual for o bairro, realizam-se através de investimentos especificamente localizados abrangendo no máximo o entorno imediato do empreendimento. Portanto, não contempla o bairro como um todo, nem é pensado na transformação no conjunto da cidade, embora o empreendimento em muitos casos seja concretizado mediante ao apoio do Estado através de subsídios, construção e manutenção de infraestrutura e serviços públicos etc. A segregação uma vez induzida e produzida pelo consumo do espaço, propiciando a disseminação e consolidação de espaços

de consumo, contribui para reproduzir essa mesma ordem vigente. “Todas as condições [repressão (coações, inclusive a violência) e persuasão (ideologia, publicidade)] se reúnem assim para que exista um dominação perfeita, para uma exploração apurada das pessoas, ao mesmo tempo como produtores, como consumidores de produtos, como consumidores de espaço. (LEFEBVRE, 2004b, p. 26).

Até mesmo as favelas, espaços historicamente de segregação, produtos e produtores da deterioração e crise urbana, são agora também transformadas em espaço de consumo de caráter turístico, tendo em vista o modo de viver (sobreviver), a sua morfologia caótica que desperta curiosidade, as belezas naturais da cidade vistas do alto dos morros. Evidentemente que não são todas as favelas que atribuem essa condição de mercadoria ao seu espaço de vivência cotidiana, mas podemos considerar dois fatores em comum atualmente: localizam-se principalmente na Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro e são ocupadas pelas UPPs (Unidades de Polícia Pacificadoras). A favela é, assim, condicionada a determinadas práticas externas (mas mediante apoio interno) sobretudo turísticas de valorização da troca sobre o uso, transformando o que é obra em produto, e ao mesmo tempo condiciona o consumo do espaço em sua realização a partir de um “novo mercado” que pressupõe em princípio a aceitação e/ou participação dos sujeitos, grupos e classes sociais locais.

Em última análise, o que nos é importante por meio dessas questões levantadas? O fato de que a própria segregação surgida no imbróglio da crise urbana da cidade, cuja deterioração transcende as condições materiais e imateriais e destrói as reais necessidades materiais e imateriais paulatinamente, torna-se contraditoriamente uma prática que visa fugir desse real que a criou; inclusive, perpetuando-se, de certo modo, como uma forma de reprodução para a (da) existência do real. E o que ainda é mais contraditório: retroalimenta a própria crise desse real expressa na cidade e na vida urbana (figura 3).



**Figura 3: Representação da retroalimentação entre crise urbana da/na cidade e o processo de segregação através do espaço.**

Assim, nos é revelado que a cidade busca incessantemente se organizar em uma ordem e, ao mesmo tempo, tende sempre a se destruir, a se desorganizar<sup>11</sup>. E nessa perspectiva a cidade está continuamente a se refazer, manifestando a própria totalidade em movimento espiral aberto.

### **Últimas considerações: o retorno ao ponto de partida**

As contradições do/no espaço urbano quanto a dicotomia sociedade/natureza hegemônica constituem uma negação ao real urbano, mas, antes de destruí-lo, revelam-no, sugerindo uma dinâmica inata e peculiar: a realidade em movimento, a totalidade em processo de totalização.

A cidade vista enquanto uma totalidade parcial, aberta, híbrida nos convence que a realidade é complexa, ainda que seja permeada por certas concepções e práticas dominantes limitadas e limitantes, destrutivas e autodestrutivas. Tais limitações concretas, objetiva e subjetivamente, podem ser capazes de dissimular e, mesmo, destruir o real, ao fragmentá-lo e ao hierarquizá-lo globalmente. Porém, são incapazes de destituí-lo de sua qualidade essencial: a complexidade.

### **Referências**

CARLOS, Ana Fani Alessandri. A mundialidade do espaço. *In*: MARTINS, José de Souza. (Org). **Henri Lefebvre e o retorno à dialética**. 1.ed. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 121-134.

<sup>11</sup> Tal dinâmica é encontrada em Morin (2002) ao trabalhar através do pensamento complexo o princípio de organização que de certo modo “produz entropia (isto é, a degradação do sistema e sua própria degradação) e, ao mesmo tempo, neguentropia (a regeneração do sistema e sua própria regeneração)” (p. 266).

FERREIRA, Alvaro. A produção do espaço: entre dominação e apropriação, um olhar sobre os movimentos sociais. **Scripta Nova** – Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales, Barcelona, v. 11, n. 245(15), ago. 2007.

GOLDMANN, Lucien. A reificação das relações sociais. *In*: FORACCHI, Marialice Mencarini; MARTINS, José de Souza. (Orgs.) **Sociologia e sociedade**: leituras de introdução à sociologia. São Paulo: LTC, 1977. p. 137-146.

GOMEZ, André Villar. **A dialética da natureza em Marx**: o antagonismo entre o capital e natureza. 2004. 103 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Departamento de Filosofia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

HARVEY, David. **Espaços de esperança**. 1.ed. São Paulo: Loyola, 2004. 382 p.

\_\_\_\_\_. Notas hacia una teoría del Desarrollo Geográfico Desigual. **GeoBAires** – Cuaderno de Geografía, Buenos Aires, p. 18-54, mayo 2007.

HENRIQUE, Wendel. A cidade e a natureza: a apropriação, a valorização e a sofisticação da natureza nos empreendimentos imobiliários de alto padrão em São Paulo. **GeoUSP** – Espaço e Tempo, São Paulo, n. 20, p. 65-77, 2006.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976. 230 p.

LEFEBVRE, Henri. La notion de totalité dans les sciences sociales. **Cahiers Internationaux de Sociologie**, Paris, v. 18, p. 55-77, jan.-juin 1955.

\_\_\_\_\_. **A revolução urbana**. 2.ed. Belo Horizonte: UFMG, 2004. 179 p.

\_\_\_\_\_. **O direito à cidade**. 3.ed. São Paulo: Centauro, 2004. p. 145.

\_\_\_\_\_. **Espaço e política**. 1.ed. Belo Horizonte: UFMG, 2008. 190 p.

LEFF, Enrique. **Saber ambiental**: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 2004. 494 p.

MAGELA COSTA, Geraldo. A contribuição da teoria do espaço de Lefebvre para a análise urbana. *In*: LIMONAD, Ester. (Org.). **Entre a Ordem Próxima e a Ordem Distante**: contribuições a partir do pensamento de Henri Lefebvre. Niterói: UFF/GECEL, 2003. p. 9-14.

MARTINS, José de Souza. As temporalidades da História na dialética de Lefebvre. *In*: MARTINS, José de Souza. (Org.). **Henri Lefebvre e o retorno à dialética**. 1.ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1996. p. 13-23.

MOREIRA, Roberto José. Cultura, Sustentabilidade e poderes assimétricos: uma narrativa sobre a renda da natureza na contemporaneidade. *In*: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 28., 2004, Caxambu. **Anais...** Caxambu: ANPOCS, 2004. p. 1-32.

MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**. 6.ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2002. 350 p.

OSEKI, Jorge Hagime. O único e o homogêneo na produção do espaço. *In*:



MARTINS, José de Souza. (Org.). **Henri Lefebvre e o retorno à dialética**. 1.ed. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 109-119.

PADOVANI, Eliane Guerreiro Rossetti. A cidade: o espaço, o tempo e o lazer. *In*: GERARDI, Lucia Helena de Oliveira (Org.). **Ambientes: estudos de Geografia**. 1.ed. Rio Claro: UNESP, 2003. p. 171-184.

SANTOS, Milton. Por uma epistemologia existencial. *In*: Congresso da Sociedade Latino-americana de Estudos sobre a América Latina e Caribe. 5, 1996, São Paulo. **Conferência no V Congresso da Sociedade Latino-americana de Estudos sobre a América Latina e Caribe**. São Paulo: USP, 1996. p. 19-26.

\_\_\_\_\_. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4.ed. São Paulo: Edusp, 2006. 384 p.

SOJA, Edward. Uma concepção materialista da espacialidade. *In*: BECKER, Bertha; HAESBAERT, Rogério, SILVEIRA, Carmen B. (Orgs.) **Abordagens políticas da espacialidade**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1983. p. 22-73.

SPÓSITO, Maria Encarnação Beltrão. Sobre o debate em torno das questões ambientais e sociais no urbano. *In*: CARLOS, Ana Fani Alessandri; LEMOS, Amália Inês Geraiges. (Orgs.) **Dilemas urbanos: novas abordagens sobre a cidade**. 1.ed. São Paulo: Contexto, 2003. p. 358-363.

SWYNGEDOUW, Erik. A cidade como um híbrido. *In*: ACSELRAD, Henri. (Org.) **A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas**. 1.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. p. 84-104.

VAINER, Carlos Bernardo. As escalas do poder e o poder das escalas: o que pode o poder local?. *In*: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 9., 2001, Rio de Janeiro. **Anais...** v. 1. Recife: ANPUR, 2001. p. 140-151.

Recebido em abril de 2012; aceito em maio de 2012.